

ARTIGOS DOSSIÊ

Maria Betânia Moreira Carvalho Silva¹

Pedro Donizete Colombo Junior^{II}

Vozes ancestrais e políticas de reparação: o legado do Museu Memorial Instituto Pretos Novos

Ancestral voices and reparative policies: the legacy of the Memorial Museum Instituto Pretos Novos

RESUMO:

Esta pesquisa busca elucidar como o Museu Memorial Instituto Pretos Novos (IPN), localizado no Cais do Valongo, Rio de Janeiro-RJ, tem contribuído para a valorização da memória afro-brasileira e para a formulação de políticas de reparação. O espaço, que funcionou como Cemitério dos Pretos Novos entre 1774 e 1831, recebeu os corpos de africanos escravizados que faleciam ainda na travessia. Redescoberto em 2012, durante reformas no imóvel, tornou-se desde então um lugar de memória e resistência. A construção deste artigo se deu a partir de diálogos situados, realizados com um educador museal do IPN. Adotamos a escuta sensível e a circularidade da palavra como caminhos metodológicos, organizando a narrativa em excertos que deram origem a três eixos de reflexão, aqui denominados Fardos Tensionadores (FT). O FT1 compreende o IPN como território de insurgência frente ao negacionismo histórico. Em FT2 se evidencia os fardos coloniais e as vozes ancestrais que ecoam do espaço, tensionando as relações étnico-raciais e a formulação de políticas públicas. Já FT3 destaca o IPN como lugar de memória e chão de ancestralidade. O estudo permitiu compreender o IPN não apenas como local de exposição de vestígios arqueológicos, mas como espaço que potencializa a reflexão sobre a barbárie da escravidão e suas permanências na sociedade brasileira. Nesse sentido, o local se afirma como núcleo de enfrentamento às práticas negacionistas, espaço de reivindicação por políticas reparatórias e lugar de fortalecimento da identidade afro-brasileira, historicamente marginalizada e desvalorizada.

Palavras chaves: Instituto Pretos Novos; Políticas de reparação; Patrimônios sensíveis; Negacionismo histórico; Educação para as relações étnico raciais

ABSTRACT:

This research seeks to elucidate how the Memorial Museum Instituto Pretos Novos (IPN), located at Cais do Valongo, Rio de Janeiro-RJ, has contributed to the appreciation of Afro-Brazilian memory and the formulation of reparative policies. The site, which functioned as the Cemetery of the Pretos Novos between 1774 and 1831, received the bodies of enslaved Africans who died during the Middle Passage. Rediscovered in 2012, during renovations on the property, it has since become a place of memory and resistance. The construction of this article was based on situated dialogues conducted with a museum educator from the IPN. We adopted sensitive listening and the circularity of speech as methodological approaches, organizing the narrative into excerpts that gave rise to three axes of reflection, here referred to as Burdens of Tension. The BT1 considers the IPN as a territory of insurgency against historical negationism. The BT2 highlights the colonial burdens and ancestral voices that resonate from the space, challenging ethnic-racial relations and the formulation of public policies. The BT3 emphasizes the IPN as a place of memory and ground of ancestry. The study allowed us to understand the Institute not only as a site for exhibiting archaeological remains, but also as a space that fosters reflection on the barbarity of slavery and its continuities in Brazilian society. In this sense, the IPN establishes itself as a nucleus for confronting negationist practices, a space for the demand of reparative policies, and a place for strengthening Afro-Brazilian identity, historically marginalized and devalued.

Keywords: Pretos Novos Institute; Reparative policies; Sensitive heritage; Historical negationism; Education for ethnic-racial relations

^I Doutora em Educação pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro; Assistente Administrativo, Universidade Federal do Triângulo Mineiro , Uberaba, MG, Brasil.
maria.betania@uftm.edu.br,  <https://orcid.org/0000-0001-5439-7873>

^{II} Doutor em Ensino de Física pela Universidade de São Paulo; Professor, Universidade Federal do Triângulo Mineiro , Uberaba, MG, Brasil.
pedro.colombo@uftm.edu.br,  <https://orcid.org/0000-0003-3324-5859>

INTRODUÇÃO: DE ONDE PARTIMOS?

O que os patrimônios nacionais podem nos ensinar sobre a afrodíaspóra? Como nos relacionamos de modo efetivo, político e socialmente com o conjunto arquitetônico e de manifestações que expressam nossa identidade? Quais são suas contribuições para o enfrentamento do negacionismo histórico e fardos coloniais? Como lugares que reacendem pensamentos de dor contribuem na produção de outras realidades e possibilidades, por vezes silenciadas no tempo e na história?

É com essas inquietações a respeito de patrimônios sociocultural e históricos, e sua atuação na sociedade que investigamos e refletimos o Museu Memorial Instituto Preto Novos (IPN), localizado no Cais do Valongo na cidade do Rio de Janeiro-RJ. A palavra patrimônio remete a herança, aos bens acumulados e impregnados de histórias e memórias, capazes de transmitir e traduzir as experiências sociais de um povo. A palavra de origem latina, *patrimonium*, revela na sua constituição o legado paterno e bens herdados (FUNARI e PELEGRINI, 2006).

A importância do patrimônio enquanto responsabilidade pública tem na França, em 1837, um marco importante com a criação da Comissão dos Monumentos Históricos (CHOAY, 2014). Os bens provenientes da arqueologia e da arquitetura erudita delineou a inscrição das edificações reconheci-

das como patrimônio por um bom tempo (CHOAY, 2014). Neles se reconheciam a riqueza da humanidade acumulada ao longo dos anos e a necessidade da proteção e conservação desses bens enquanto uma política pública.

As primeiras discussões e referenciais sobre a temática se concentraram na Europa, ocorrendo em Atenas, no ano de 1931 a Conferência Internacional para a Conservação dos Monumentos Históricos. No ano de 1964, aconteceu a segunda conferência contando com apenas três países além dos países europeus, Tunísia, México e Peru. Apenas no ano de 1972, sob a organização da Unesco ocorreu a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural com 80 países participando e instituiu-se o Comitê do Patrimônio Mundial (CHOAY, 2014).

Nesta convenção, as discussões alargaram a noção de patrimônio, considerando os patrimônios culturais (monumentos, conjuntos arquitetônicos, sítios arqueológicos), e os naturais (monumentos naturais, formações geológicas e fisiográficas, sítios naturais) (CHOAY, 2014). Além disso, debateram-se os gargalos que permeiam o assunto como a ameaças à destruição do patrimônio frente ao discurso de modernidade, urbanização, especulação imobiliária e necessidade de desenvolvimento econômico. Acrescenta-se ainda, discussões como a falta de investimentos para preservação de obras, salvaguarda, estudos técnicos

dos patrimônios; a responsabilização do Estado diante da temática, dentre outros (CHOAY, 2014).

Neste contexto é que percebemos a dinamicidade do conceito de patrimônio, resultante das experiências das pessoas historicamente situadas. A mutabilidade da definição do patrimônio foi acompanhando as transformações e aspirações da sociedade, o reconhecimento dos bens já esteve vinculado a valorização artística, em outro período a sua importância histórica / documental, e em seu sentido mais atual está na valorização das memórias e vestígios que constituem as comunidades e suas relações / transformações que elas vão realizando nos ambientes e no contato com as pessoas (NUNEZ, 2016). Seu valor, então, está atrelado às sociabilidades produzidas nas relações com os bens, não com os bens propriamente ditos. Neste horizonte, os patrimônios reverberam pertencimento, afetos e senso de coletividade.

A noção do patrimônio ampliou olhares para a necessidade de patrimonializar e salvaguardar as manifestações e vivências de grupos - os patrimônios imateriais, por muito tempo perdidos às margens do reconhecimento “cultural”. Neles pulsam a vida das comunidades, e em alguns casos, de grupos fragilizados, excluídos e inviabilizados pelo tempo e história. Tais patrimônios estão presentes em festividades, na fé e religiosidade, em rituais que expressam a tristeza, alegrias, a resistência e as diferentes manifestações que as pesso-

as encontram para inspirar e expirar a vida. É uma construção humana, fundamentais para a identidade / história de um povo, transmitidos entre gerações que é vivo, tradicional e contemporâneo.

No reconhecimento que a história dos homens deixou diferentes manifestações e relações entre os grupos sociais, alguns patrimônios marcam momentos difíceis, de lembranças de dor e sombrias presentes na trajetória da humanidade. Esses precisam ser visualizados, pois conta das relações sociais, muitas vezes marcadas pela crueldade e violência. Segundo MENEGUELLO (2024 *apud* RODRIGUES, 2024, s.p.),

os patrimônios difíceis, também chamados de sombrios, dissonantes ou da dor, são locais com a finalidade de rememoração coletiva e de direitos e de reparação de períodos de violência e trauma. É um “passado que não passa” e tem uma função de educação pública e de revitalização urbana. Foi após a Segunda Guerra Mundial que o ato de registrar as memórias difíceis no patrimônio público ganhou fôlego.

Patrimonializar as memórias difíceis parte do pressuposto de reconhecer momentos históricos marcados pela violência e que produziram cicatrizes sociais que precisam ser visualizadas e possibilitar debates sobre o reconhecimento das injustiças e a necessidade da reparação e o enfrentamento do negacionismo histórico.

O Museu Memorial Instituto Pretos Novos (IPN) é um desses espaços marcados pelo evento trágico da escravatura e a crueldade da experiência Afrodiáspórica que ressoa suas consequências até os dias atuais, o racismo e as desigualdades raciais. Conforme apresenta a proposta de inscrição do Cais do Valongo na lista do patrimônio mundial reconhecida pela Unesco realizado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Sítio Arqueológico Cais do Valongo, onde localiza-se o IPN,

[...] não só representa o principal cais de desembarque de africanos escravizados em todas as Américas, como é o único que se preservou materialmente, até onde sabemos, neste lado do Atlântico. Pela magnitude do que representa, coloca-se como o mais destacado vestígio do tráfico negreiro no continente americano. O tráfico de africanos escravizados é considerado o maior processo de migração forçada da história da humanidade e seu conteúdo de dor e tragédia faz do Cais do Valongo um sítio histórico de memória sensível. Está situado em uma região na qual a presença africana deixou uma herança viva, que se perpetua e se renova até hoje. Expressa, portanto, a resistência e a afirmação das comunidades afrodescendentes nas Américas. Objetos encontrados nas escavações do sítio arqueológico revelam a pluralidade de matrizes africanas trazidas ao Novo Mundo e a capacidade dos escravizados em expressar suas marcas identitárias ao

mesmo tempo que as reinventaram na situação de cativo (BRASIL, 2016, p.13)

O território guarda vestígios de um cais de pedra que recebiam os escravizados no Brasil entre os anos de 1774 e 1831, e continha os principais espaços para o regime escravagista: o mercado de escravos do Rio de Janeiro-RJ, que incluía os depósitos e armazéns; o Lazareto da Gamboa, espaço destinado aos escravizados que chegavam doentes e precisam da quarentena para serem comercializados; e o Cemitério Pretos Novos, endereçados ao despejo dos corpos daqueles que não resistiam às duras condições da travessia atlântica ou logo quando aportavam. Foi o maior complexo de comércio escravagista das Américas (BRASIL, 2016).

Todo esse território é memória pulsante da presença negra do Brasil, evidenciando a “porta de entrada” do país que foi marcada pela crueldade e violência e não chegou ao fim quando termina o comércio escravista (Lei Eusébio de Queirós, 1850), tampouco com a abolição da escravatura no Brasil (Lei Áurea, 13 de maio de 1888). Estas leis inconclusas, pois não garantiram a integração social e direitos aos recém libertos reverbera nos índices sociais transversalizado pela desigualdade racial que marca a estrutura da nossa sociedade brasileira até os dias atuais (MOURA, 1988). Dessa forma, políticas públicas voltadas a equidade racial, a valorização dos espaços de memória que desvelam e

colocam a educação para as relações étnico raciais no centro do debate, como o Instituto Pretos Novos, são fundamentais.

O presente artigo surge em uma aproximação investigativa com o IPN, discutindo como esse lugar de memória evoca ancestralidade, memória coletiva, políticas públicas de reparação e equidade racial, além de ser um catalisador de enfrentamento do negacionismo histórico, fenômeno tão aterrorizante dos nossos dias que busca apagar/atenuar eventos históricos traumatizantes e de dor. Assim, buscamos responder a seguinte inquietação de pesquisa: **“Como um patrimônio de memória sensível, o IPN, pode contribuir para valorização da memória afro-brasileira e reparação histórica envolvida na Afrodiáspora?”** É uma pesquisa de cunho qualitativo, com aporte na História Oral (CALDAS, 1999), em que buscamos ouvir de um educador museal que trabalha no IPN a potência desse espaço na articulação de uma memória de dor e produção de outras realidades mais justas e igualitárias.

DESENVOLVIMENTO: DESENHANDO UMA METODOLOGIA IMERSIVA

A pesquisa utiliza-se da metodologia qualitativa valendo-se do contato, da experiência vivida, sentida e partilhada no território da pesquisa, o Museu Memorial Instituto Pretos Novos (IPN)

(Figura 1). Assim, construímos significados e qualificamos o olhar para o IPN a partir da escuta, partilha e presença no espaço a fim de apreender e ampliar as possibilidades de olhares e interpretações sobre o espaço (MARCELINO e MORAES, 2024).

Figura 1 - Sítio arqueológico do IPN



Fonte: Repositório de pesquisa (2025)

Com o objetivo de encruzeirar temáticas como patrimônios difíceis, Afrodiasporidade, e justiça social-cidadania a justificativa pela escolha do IPN se deve ao fato de possibilitar problematizar o que decorre de um patrimônio difícil na construção de futuros e demarcações do presente, recordando o passado – não tão distante e sombrio. Na construção dos dados, analisamos materiais disponíveis na página do IPN na internet, realizamos uma visita *in loco* conhecendo melhor a instituição e os materiais de divulgação disponíveis ao público que a visita, e conversamos com um educador do espaço, o qual atribuímos nesta pesquisa o codinome ‘Guardião de Memória e Resistência’. Dos diálogos situados, gravados em áudio, construímos

uma narrativa que nos levou a três eixos de análise, formulados *a posteriori* a partir da transcrição da conversa realizada.

Chamamos de diálogos situados ao invés de entrevista, pois entendemos que esse vai além do mero cumprimento de questões prévias e fechadas, sem atentar ao interlocutor. Os diálogos situados pressupõem uma conversa qualificada, situada no seio da História Oral, como um ente que possibilita estreitamento de relações entre os envolvidos na pesquisa. Como descreve Cardin (2009, p. 12), “as conversas não representam um rompimento radical com as demais técnicas de história oral, mas um esforço no processo de democratização e nivelamento dos sujeitos envolvidos na construção coletiva do conhecimento”. O termo situado refere-se à investigação e construção de dados *in loco*, ou seja, o caminhar pelo espaço investigado contextualizando e qualificando as conversas com o educador. Diálogos, enquanto metodologia da pesquisa, foi importante pois nos possibilitou compreender o espaço no encontro com o outro, ou seja, a partir de uma rede colaborativa que só em uma relação dialógica e orgânica é possível (LIMA COSTA, OLIVEIRA e FARIA, 2021).

Nesta circularidade da palavra que o diálogo pressupõe, realizamos um exercício de pensar e aprender juntos, permitindo um movimento de autorreflexão das suas ações para o colaborador da pesquisa e nos permitindo a ampliar nossas

percepções do cotidiano do memorial IPN e seu papel na sociedade. Deste nasceu uma narrativa, como produto da História Oral submergida. Assim, a História Oral, então, foi nosso ponto de inflexão para nos abrir a escuta e permitir conhecer o IPN por quem vive, partilha e acredita na potência do espaço em desafiar a estrutura racista. Compreendemos que, conforme as reflexões de Caldas (1999) sobre a história oral, a fala do nosso colaborador apresenta uma “dimensão coletiva, interpretativa e política”, evidenciando que o discurso individual não se encerra em si mesmo, mas se inscreve em uma memória compartilhada, na qual cada voz carrega as experiências, dores e resistências de um todo.

No que concerne à narrativa, tecida a partir do diálogo situado, Silva e Amendoeira (2018, p. 31) evidenciam que “constituem-se como uma fonte particular de difusão e produção de conhecimento, na medida em que nos dão testemunho de sentidos e saberes, até então ocultos, mas também permitem uma reconstrução de significados no processo intersubjetivo de partilha”. A narrativa construída figurou-se nessa pesquisa como uma estratégia que utilizamos para compartilhar as experiências, os cotidianos e as percepções que nosso ‘Guardião de Memória e Resistência’ trouxe, enquanto um interlocutor ativo na produção da pesquisa. Assim, a narrativa representa o ouvir o outro, suas experiências, suas dificuldades, suas

conquistas e também angustias, lamentações e indignações.

RESULTADOS EM MEIO A CONSTRUÇÃO DE UMA NARRATIVA

Partimos de uma investigação em um museu memorial que vem relembrar a barbárie da escravidão para que ela não volte a acontecer e para denunciar o quão cruel e violento foi um capítulo da história do Brasil que durou mais de três séculos e até hoje reverbera na sociedade. Esta é uma definição ampla do IPN. A visita ao espaço, bem como a construção dos dados *in loco*, aconteceu no dia 04 de abril de 2024 e fomos recebidos por um educador do espaço, nosso 'Guardião de Memória e Resistência'. Pontuamos que a pesquisa foi recomendada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, registro CAAE: 70471223.1.0000.5154, parecer 6.153.550 de 30/06/2023.

Um diálogo cheio de afeto, de emoção (pois é uma temática de dor e de acervo sensível) e de pertencimento que se estendeu por mais de uma hora, com muitas pausas e reflexões. Dentro de um diálogo situado tivemos a certeza que a pesquisa precisaria falar das ações do museu para promover a inclusão social, dentro de uma sociedade ainda marcada pela exclusão e desigualdades. Nosso 'Guardião de Memória e Resistência'

problematizou a apresentação nos manuais escolares e na sociedade que a escravidão foi um momento histórico que finalizou no dia 13 de maio de 1888, já que seus efeitos estão presentes todos os dias nas situações de racismo cotidiano. O museu chama a atenção para esta realidade, propondo o fortalecimento do conhecimento afro-brasileiro que levará a uma justiça social e da luta antirracista. Optamos por organizar a narrativa em excertos (Exc.), representativos das construções dialógicas mantendo, contudo, a sequência lógica-temporal do diálogo. Segue a narrativa construída.

Quadro 1 - Narrativa construída a partir de diálogos com nosso ‘Guardião de Memória e Resistência’

Exc. 1: Corpos silenciados, memórias emergentes.	<i>A história do museu começa quando em 1996, a família Guimarães Rosa adquire um imóvel, onde atualmente é localizado o museu, e decide realizar uma reforma no espaço. Em meio a este processo é encontrado uma imensa ossada, que se pensavam ser de animais, mas depois se percebe que a quantidade era muito grande e se tratava de ossada humana. Cogitaram a possibilidade de ali ser um cemitério utilizado pelo “tribunal do narcotráfico”, da milícia, ou ainda da época da ditadura.</i>
Exc. 2: O chão que grita: brutalidade, dor e memória.	<i>Contudo, a pesquisa realizada por uma equipe de arqueólogos e historiadores chegou à conclusão que se tratavam de corpos de milhares de africanos mortos devido aos maus tratos na captura e durante a viagem forçada até o Brasil na época da escravidão, funcionando ali como o Cemitério dos Pretos Novos. Esse termo era utilizado para falar dos recém escravizados que chegavam no Brasil, mercadoria nova que sustentava toda a sociedade brasileira. O espaço não se tratava de um cemitério em que os corpos eram devidamente enterrados, mas um local de descarte dos que não sobreviviam, em que eles eram jogados e arremessados, e devido à alta demanda alguns foram esquartejados e queimados.</i>
Exc. 3: Cais do Valongo: a mãe da escravidão.	<i>O Instituto Pretos Novos fica na região do cais do Valongo, o porto que mais recebeu escravizados das Américas, é a mãe da escravidão; a prova material dos horrores e do tráfico que durou mais de 300 anos; é o portal dos que não retornaram às Áfricas. A região do Cais do Valongo do museu, então, é reconhecida como museu memorial, um sítio arqueológico, em que entre os anos de 2012 a 2018 foram retirados mais de 30 mil corpos de pessoas pretas escravizadas. Um espaço pequeno e inconcebível para tantos corpos, jogados a poucos palmos do chão, utilizados também para o descarte de lixos. Um traço irrefutável da dor, mas pouco discutido nas salas de aula e nas discussões sociais do país. As políticas de reparação, elas precisam passar pelo conhecimento da cultura afro-brasileira, muitas vezes ensinadas superficialmente somente para o cumprimento da lei 10639¹. Contudo, precisamos exaltar a difusão dos saberes negros, da resistência do povo preto e do passado cruel já são conteúdos mais frequentes na educação básica.</i>
Exc. 4: Ausência de políticas públicas e resiliência: o IPN em ação.	<i>O instituto não vive de uma verba fixa e sim de editais de projetos para captar recursos e emendas parlamentares, desde o início. Os proprietários dos imóveis abriram a visita ao público entendendo a importância desse espaço, antes mesmo do reconhecimento dos órgãos governamentais.</i>
Exc. 5: Conhecimento afro-brasileiro, justiça social e luta antirracista.	<i>O museu vem afirmar que a crueldade da escravidão enquanto um momento histórico não finalizou no dia 13 de maio de 1888. Seus efeitos estão presentes todos os dias nas situações de racismo diário. O museu chama a atenção para esta realidade, propondo o fortalecimento do conhecimento afro-brasileiro que levará a uma justiça social e da luta antirracista. Através da nossa biblioteca com um vasto material afrocentrado, os cursos oferecidos, as exposições que ali ocorrem nos fazemos enquanto um manancial de valorização da história afro-brasileira, relembrando da dor do sítio arqueológico presente, mas apresentando as resistências, as lutas, as formas de ressignificar a experiência africana e além de tudo isso que resistimos e estamos aqui valorizando a nossa ancestralidade e a força que herdamos. Por isso, falamos que o IPN é um local atravessado pela dor e pela resistência, fazer da lembrança uma forma de homenagear aqueles que vieram antes e sofreram a experiência da Afro diáspora.</i>
Exc. 6: Espaço de feridas abertas e denúncias.	<i>Queremos ser um espaço que denuncia a escravidão e as feridas dela que incidem diretamente no acesso a população negra. Porém queremos oportunizar a formação, inspirar o orgulho pelos que vieram antes e celebrar a cultura africana e afro-brasileira. Não podemos esquecer que a nossa sociedade atual convive todos os dias com o racismo estrutural arraigado, a pobreza, violência transversalizada pela questão racial.</i>
Exc. 7: Oportunidade de Decolonizar pensamentos e ideias.	<i>Os corpos negros até hoje são objetificados. As sociedades colonizadas foram construídas a partir da lógica do patriarcado. A pobreza no Brasil tem uma cor e um endereço, ela é indígena e afro-brasileira, foram estes quem produziram a riqueza do Brasil, mas foram marginalizadas no processo. Para falarmos de cidadania precisamos pensar na reparação social racial e democrática, precisamos refletir sobre a situação dos indígenas, dos quilombolas, da população majoritariamente preta que vive nas periferias. Os museus têm sido chamados a problematizar o pós-abolição que não incluiu e se pautar pela lógica decolonial de desconstrução da cultural do patriarcado e trazer a presença de mulheres, negros, indígenas, essas outras narrativas que constitui o Brasil. Por isso é tão importante as políticas de valorização de memória e patrimônio e a educação para as relações étnico raciais. O patrimônio do IPN, cumpre seu papel quando leva seus visitantes a reflexão crítica sobre o processo de escravidão e sua marca na história brasileira; quando é ocupado pela comunidade que vem realizar a lavagem do território, reverenciado os ancestrais que tanto sofreram e fazendo valer a memória coletiva; quando se torna um espaço do encontro das práticas afro-brasileiras como o samba, a capoeira resgatando a identidade do povo; se torna símbolo na luta antirracista e de melhorias para a comunidade afro descendente.</i>
Exc. 8: Museus e cidadania: voltar à base e reinventar o futuro.	<i>Acredito nos museus enquanto promotores da cidadania, e para que isso se efetive precisa ser realizado os processos museológicos participativos, seu entorno, o favorecimento do desenvolvimento econômico da comunidade e a disposição de escancorar a realidade social em busca da sua transformação. Acredito que assim muito na frase do Mano Brown “precisamos voltar para a base” para entender como os museus, as ciências, as academias devem agir para favorecer a justiça social.</i>

Fonte: Autores (2025)

A narrativa construída nos levou a formulação de três territórios de reflexão, que aqui chamaremos de ‘Fardos Tensionadores’ [FT]. Tais fardos corroboram para compreender a potência do espaço participante da pesquisa, valorizando a presença histórica cultural do negro no Brasil e enxergado o presente. Tais FT foram delineados a partir de nosso olhar para a narrativa construída, tecendo a vivência de quem está presente no IPN, nosso ‘Guardião de Memória e Resistência’ e de saberes importantes para os estudos afrodiaspóricos, são eles:

- **Fardo Tensionador 1 [FT1]:** O IPN como território de insurgência no enfrentamento do negacionismo histórico.

- **Fardo tensionador 2 [FT2]:** Fardos coloniais e ‘vozes’ ancestrais que ecoam do IPN frente as relações étnico raciais e formulações de políticas públicas.

- **Fardo tensionador 3 [FT3]:** IPN como lugar de memória e chão da ancestralidade.

DISCUSSÕES NOS CONTEXTOS DA PESQUISA

[FT1]: O IPN como território de insurgência no enfrentamento do negacionismo histórico.

Iniciamos as problematizações desta seção pontuando que, na contemporaneidade a facilidade de acesso às informações possibilitou a rapidez às respostas e diferentes meios para buscá-las, contudo, a dificuldade de checar os dados e a veracidade das respostas tem sido um desafio. Cada vez as mídias sociais nos indicam conteúdos sem comprovações e inverídicos na busca de difundir inverdades e dúvidas na informação. O universo virtual, propulsionados pelo anonimato, impunidade e “efeito de câmera de ego” gerado pelos algoritmos contribuíram para a disseminação dos negacionismos, muitas vezes nomeado como revisiacionismo da história (VALIM, AVELAR e BEVERNAGE, 2021)

A desinformação tem efeitos sérios no cotidiano das pessoas, desde defender ideias deturpadas até negligenciar o cuidado com questões de saúde. Discursos negacionismos pulverizam em grupos de redes sociais, conversas entre amigos/familiares e também nas salas de aulas e eventos acadêmicos. As diferentes áreas são impactadas com a desinformação, como história (com a negativa de acontecimentos históricos como a escravi-

dão, a ditadura cívico-militar, o genocídio indígena, o holocausto); a saúde (com a eficácia e segurança das vacinas colocadas em xeque); as pautas ambientais (contestação da ideia de aquecimento global e aquecimento do Planeta), dentre outras. Todas essas questões geram instabilidade, a ascensão do obscurantismo e promoção do anticientifismo e anti-intelectualismo (SILVA, 2023c).

Conforme aponta Alves (2025, s.p.), “o mal do século é a desinformação. A gente vive na era da pós-verdade. Existe desinformação sobre todo tipo de assunto, desde a aparência das pessoas, da imagem que elas colocam nas redes sociais, até sobre temas muito importantes, essenciais, de sobrevivência, como a saúde”. A negação da escravidão² se insere neste contexto de negacionismo histórico que coloca determinados eventos históricos, principalmente os relacionados a questões sensíveis, de violência e de dor, enquanto momentos inexistentes da história ou episódios que foram hiperbolizados e dramatizados por parte dos historiadores. Alguns trabalhos que tratam o negacionismo histórico (SILVA, 2023c; BAUER, 2024; AVILA, 2021; SILVA, 2023c) apontam que em um campo de disputa pelas memórias há grupos que constroem discursos, lançam dúvidas e questionamentos, e roteirizam os eventos a fim de atenuar a crueldade e violência estiveram presentes em alguns momentos da história.

O termo negacionismo foi utilizado inicialmente pelo historiador Henry Rousso para descrever um grupo de pessoas que negava a brutalidade do Holocausto, questionando a existência das câmaras de gás e dos campos de concentração (VALIM, AVELAR e BEVERNAGE, 2021). Este grupo se colocou como um movimento de revisionismo da história do Holocausto questionando a brutalidade e a responsabilidade da política nazista sobre a morte de milhões de judeus. Desse movimento, prosperou negações de outros episódios ocorridos ao longo do mundo e discursos que se colocam como revisões da História (VALIM, AVELAR e BEVERNAGE, 2021).

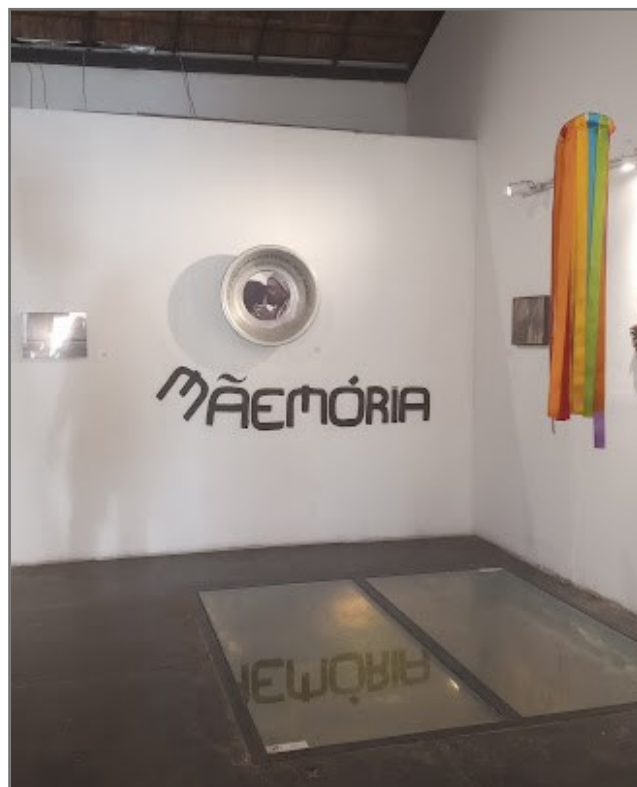
Esse movimento de negação ou atenuação das atrocidades que marcaram a história é muito perigoso contribuindo para a fragilização das Ciências, como a história, que é construída a partir de evidências e fatos; a destruição de direitos sociais e direitos humanos que foram legitimados ao longo dos anos para inibir que episódios violentos e arbitrários ganhem força nas sociedades, deslegitimando políticas de reconhecimento de atos barbáries; utilização dos discursos negacionistas para balizar as ações de políticas públicas, entendendo que determinados históricos há responsabilização do Estado pelos crimes cometidos, dessa forma a negação ou atenuação desses eventos são convenientes a certas governamentalidade, sobretudo, na diminuição de políticas pú-

blicas de reparação; desconexão passado e presente, não comprometendo o tempo atual de realizar mudanças em relação às ações do passado (AVILA, 2021; SILVA, 2023c).

O sistema escravista que alimentou a economia colonial, entre os séculos XV a XIX, é marcado pela diáspora forçada de aproximadamente 12,5 africanos (com taxa de mortalidade expressiva) que desembarcaram nas Américas a fim de propulsionar o crescimento econômico europeu nas colônias (Felipe-Gonzalez, 2024). Estima-se que no Brasil, o país que mais recebeu escravizados, tenham chegado mais de 5 milhões, que estiveram sujeitos aos traumas da violência, crueldade e objetificação humana (FELIPE-GONZALEZ, 2024).

O Cais do Valongo, como apresentado no Exc. 3, foi assim narrado pelo nosso ‘Guardião de Memória e Resistência’: *“O Instituto Pretos Novos fica na região do cais do Valongo, o porto que mais recebeu escravizados das Américas, é a mãe da escravidão* [Figura 2]; *a prova material dos horrores e do tráfico que durou mais de 300 anos; é o portal dos que não retornaram as Áfricas*” (grifos nosso). Testemunha material da escravidão, o Cais do Valongo, conhecido como Pequena África é um legado pulsante da presença africana que se mantém e se reinventa no presente (Brasil, 2016).

Figura 2 - Memorial Instituto Pretos Novos



Fonte: Repositório de pesquisa (2025)

Assim como a escravidão foi fundamental para o colonialismo³, a tortura e a violência foram ações estruturantes do sistema escravagista. Stan-chi e Pires (2022, p. 206-7) ao tratar da tortura neste período apontam que,

Para falar de tortura no Brasil é necessário “começar pelo começo”. E, aqui, defendemos que o laboratório da tortura no Brasil foi conduzido pelo homem branco europeu a partir da empreitada colonial, entre estupros, surras, marcas a ferro quente, tiras do azorrague, mosquete, máscaras de flandres, grilhões, palmatórias de pau, e tantos outros instrumentos arquitetados para produzir todo tipo de morte

(física, moral, psíquica, histórica e social). As sevícias dos nomeados “senhores” eram a regra no cerne do processo colonial de desumanização que instaurou a autorização para todo tipo de vilipêndio contra pessoas negras no Brasil. No cenário colonial de torturas diárias, a inferiorização racial de pessoas negras e indígenas e o temor pela inviabilidade da liberdade, da vida e do reconhecimento da humanidade deram ensejo ao genocídio devastador e mais duradouro da história mundial. A cruzeza e a gratuidade dos castigos na era escravagista ocorreram sob a égide do princípio racial e do signo do capital que, em emergência, produziam a figura do negro como indissociada da servidão e da animalização. Transplantou-se o conceito de raça da esfera animal para a classificação e designação humana, no seio da manufatura da razão moderna. Europeus escravocratas, os colonizadores fizeram “surgir o negro enquanto sujeito racial e exterioridade selvagem, passível de desqualificação moral e de instrumentalização prática.

Os objetos de tortura presentes nas instituições museais e de patrimônio, os documentos de compra e venda de escravizados preservados em bibliotecas e outros espaços, a percepção de legislações que regiam o tráfico e a escravidão, como o Código Criminal do Império de 1830, as manchetes de jornais que anunciam as vendas, fugas de escravizados, diferentes espaços físicos em que houve a presença de escravizados, são testemunhas da violência e das chagas que a es-

cavidão deixou nos países em que ela este presente e, sobretudo, nos escravizados e seus descendentes que ainda vivem a dominação baseada pela lógica racial.

Mesmo diante de um vasto material que comprova e nos mostra as evidências da escravidão, da sua crueldade e das consequências deixadas por ela, alguns grupos negam a perversidade e as sequelas deste momento histórico. Dentre movimentos políticos para minar políticas de reparação a discursos simplistas e atrativos que ganham adeptos e ironizam/minimizam as atrocidades da escravidão, o negacionismo da escravidão reforça as desigualdades raciais presentes no país a desconectando com a história colonial escravagista que o Brasil viveu por mais de três séculos.

Nesse sentido, o museu memorial IPN desempenha um papel importante por ser testemunha dessa tortura e espaço que desafia a negação da brutalidade da escravidão, conforme narrado no Excerto 2, O Chão que grita: brutalidade, dor e memória: *“O espaço [IPN] não se tratava de um cemitério em que os corpos eram devidamente enterrados, mas um local de descarte dos que não sobreviviam, em que eles eram jogados e arremessados, e devido à alta demanda alguns foram esquartejados e queimados”*. Ao desvelar as evidências arqueológicas e históricas, esse chão que grita e escancara a crueldade da escravidão, o IPN está se colocando como espaço de ensino que presta

um testemunho a essa memória de dor. Dessa forma, ele nos apresenta que nem a morte concedeu aos que atravessariam o Atlântico para serem escravizados condições dignas de um enterro, respeito a sua cultura, sendo apenas uma mercadoria a ser descartada misturada junto aos lixos depositados pela população.

A objetificação do negro submetendo a sua vida a um jogo de dominação desumanizado- ra foi a marca da escravidão e mais tenso ainda que essa questão ainda ecoa na sociedade e res- pinga nas relações sociais, afetivas, psíquicas. Essa herança perversa, também foi trazida na nossa narrativa no Exc7 - Oportunidade de Decolonizar pensamentos e ideias: *“Os corpos negros até hoje são objetificados. As sociedades colonizadas fo- ram construídas a partir da lógica do patriarcado. A pobreza no Brasil tem uma cor e um endereço, ela é indígena e afro-brasileira, foram estes quem produziram a riqueza do Brasil, mas foram margi- nalizadas no processo”*.

Explorar a temática e relacionar as conjun- turas sócio-históricas atuais com o passado escla- vagista nos fornece base para entendermos que a objetificação presente foram fabricadas e produzi- das, em “uma cumplicidade absurda entre economia, política, biologia, comunicação etc.”, conforme evidenciado por Teles (2025, p.4) legiti- mando um sistema de opressão, desigualdades e negacionismo das atrocidades da escravidão.

No enfrentamento ao negacionismo, revela -se fundamental a promoção da educação históri- ca, o fortalecimento da memória coletiva e a valo- rização de evidências materiais da escravidão, co- mo aqueles presentes no Instituto Pretos Novos, dentre outros espaços, que contribuem para a construção de uma consciência histórica crítica e socialmente comprometida.

Nesta direção, o IPN desempenha uma função valiosa não apenas por expor as evidên- cias materiais da barbárie da escravidão, mas também por possibilitar a formação e a educação para relações étnico-raciais na luta antirracista. Conforme apresentado pelo ‘Guardião de Memó- ria e Resistência’ e presente no Exc 5- Conheci- mento afro-brasileiro, justiça social e luta antirra- cista: *“Através da nossa biblioteca com um vasto material afrocentrado, os cursos oferecidos, as exposições que ali ocorrem nos fazemos enquan- to um manancial de valorização da história afro- brasileira, lembrando da dor do sítio arqueoló- gico presente, mas apresentando as resistências, as lutas, as formas de ressignificar a experiência africana e além de tudo isso que resistimos e es- tamos aqui valorizando a nossa ancestralidade e a força que herdamos”*.

Essa promoção do conhecimento da zona portuária do Rio de Janeiro-RJ (Cais do Valongo) e das temáticas afro-brasileiras são imprescindíveis para o enfrentamento do negacionismo histórico

relacionado a escravidão. Articular as temáticas do patrimônio, arqueologia e história para refletir a escravidão e suas feridas promovem mudanças estruturais na sociedade, reduzindo as desigualdades socio raciais e fortalecendo a cidadania (INSTITUTO PRETOS NOVOS, 2025).

[FT2]: Fardos coloniais e ‘vozes’ ancestrais que ecoam do IPN frente as relações étnico raciais e formulações de políticas públicas.

Nesta seção refletimos sobre as ‘vozes’ ancestrais que ecoam do IPN frente as relações étnico-raciais e a ação de políticas públicas neste contexto. Adentrar esse campo é fundamental não apenas para compreender as desigualdades estruturais que atravessam a sociedade brasileira, mas também para subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas à promoção da equidade racial. Esses estudos evidenciam como o racismo se manifesta de forma sistêmica, impactando diferentes esferas da vida social, e apontam caminhos para o enfrentamento de práticas discriminatórias históricas e contemporâneas.

Apresentando esta discussão, em nossa narrativa, o ‘Guardião da Memória e Resistência’ reflete a potência do IPN enquanto um espaço de denúncia da escravidão e educativo no que concerne à temática afro-brasileira: *“Queremos ser um espaço que denuncia a escravidão e as feridas*

dela que incidem diretamente no acesso a população negra. Porém queremos oportunizar a formação, inspirar o orgulho pelos que vieram antes e celebrar a cultura africana e afro-brasileira. Não podemos esquecer que a nossa sociedade atual convive todos os dias com o racismo estrutural arraigado, a pobreza, violência transversalizada pela questão racial”.

Para compreendermos as discussões sobre a escravidão e seus efeitos nefastos, precisamos adentrar na constituição do conceito de raça. Segundo Munanga (2019), a ideia moderna de raça emerge no contexto da colonização europeia e da expansão do capitalismo, sendo mobilizada como um mecanismo para legitimar a hierarquização escravidão africana e a subjugação dos povos indígenas, ao mesmo tempo em que estabelecia a superioridade do homem branco europeu como padrão de humanidade.

No final do século XIX, a noção de raça ganhou várias teorias e o apoio das ciências enquanto elemento categorizador do ser humano e estruturante para justificar práticas de dominação e exclusão. As teorias raciais, veiculadas a partir do final do século XIX, amparou-se nas ciências - ou melhor, em uma pseudociência- a partir de estudos psicofísicos e antropométricos para construir um conceito de raça (MATOS, 2020).

A grande presença de negros, recém libertos, no início do século XIX levou a “preocupações”

sobre a degeneração socio, política e cultural do país e a adoção de políticas de branqueamento. RANGEL (2015, p.17) ao escrever sobre o tema aponta que,

Findado o sistema escravista, o problema agora não era mais a escravidão como instituição retrógrada, mas os negros e seus descendentes, classificados como raças inferiores. Em sua passagem pelo Brasil, o conde de Gobineau ficou espantado com o que viu. Segundo ele, a população nativa estava condenada ao desaparecimento, devido à sua degeneração genética. A solução para essa adversidade seria evitar o corrompimento da população ainda pura, e para isso, seria necessário o fortalecimento dos valores das raças puras europeias. Então, a raça renasceria, a saúde pública melhoraria, o temperamento moral seria revigorado, e as melhores mudanças possíveis se operariam na condição desse admirável país.

Embora a ideia da superioridade da raça branca não houvesse respaldo científico, a noção enraizou na sociedade brasileira e transversalizou a organização política, econômica e cultural das sociedades. No Brasil, tais ideias foram incorporadas às políticas de Estado e às representações culturais, contribuindo para a manutenção das desigualdades raciais que persistem até hoje. É fato que, as pesquisas produzidas ao longo dos anos sobre a presença e ser negro no Brasil tem demonstrado, de forma recorrente, a desigualdade

alarmante em todas as dimensões analisadas. Exemplo destes levantamentos foi apresentado recentemente, 2024, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o qual titula a pesquisa de “A pobreza no Brasil tem cor. Sua cor é negra”, explicitando que “todas as condições de sustentação da vida domiciliar – renda, saúde, moradia digna, educação, saneamento, luz – são distribuídas de forma extremamente desigual no Brasil, desfavorecendo mulheres e homens negros, mas especialmente as mulheres negras, dificultando ainda mais a sua busca por trabalho e melhores rendimentos” (BRASIL, 2024, online).

Nosso ‘guardião’ também explora esta questão, expondo conforme apresentado no Exc 7 que: *“A pobreza no Brasil tem uma cor e um endereço, ela é indígena e afro-brasileira, foram estes quem produziram a riqueza do Brasil, mas foram marginalizadas no processo. Para falarmos de cidadania precisamos pensar na reparação social racial e democrática, precisamos refletir sobre a situação dos indígenas, dos quilombolas, da população majoritariamente preta que vive nas periferias”*.

E mesmo diante de tantos dados que nos apontam as cicatrizes da escravatura, precisamos apontar as políticas de ações afirmativas constituídas sobretudo a partir dos anos 2000 que tem possibilitado uma mudança de cenário a partir da implementação da política de cotas nas universi-

dades e serviços públicos, o Estatuto da Igualdade Racial, Lei 12.288/10, a Lei 14.532, de 2023, que tipifica o crime de racismo e injúria racial, dentre outros avanços que nos apontam caminhos em prol da equidade racial (MUNANGA, 2019; BRASIL, 2023).

Neste conjunto de políticas precisamos colocar a importância do movimento negro no tensionando para mudanças e em busca de formas de reparação para a população negra. Articular o legado da escravidão e os projetos de embranquecimento que moldaram psicologicamente a sociedade brasileira às desigualdades socio-raciais nos auxilia no melhor delineamento das políticas. Nesse sentido, de delineamento de articulação passado e presente/futuro espaços de memória como o IPN são importantes para denunciar o passado e também apontar setas e formulações em rumo a equidade racial.

As políticas de reparação e de integração social que não vieram na abolição da escravidão, vêm acontecendo ao longo das últimas décadas e são fundamentais para a equidade racial e cidadania no Brasil. O Guardião da Memória e da Resistência ao abordar a temática narrou da importância de voltar nossos olhares para as ações reparadoras e a situação dos grupos que vivem à margem da sociedade: *“Para falarmos de cidadania precisamos pensar na reparação social racial e democrática, precisamos refletir sobre a situação dos indíge-*

nas, dos quilombolas, da população majoritariamente preta que vive nas periferias. Os museus têm sido chamados a problematizar o pós-abolição que não incluiu e se pautar pela lógica decolonial de desconstrução da cultural do patriarcado e trazer a presença de mulheres, negros, indígenas, essas outras narrativas que constitui o Brasil. Por isso é tão importante as políticas de valorização de memória e patrimônio e a educação para as relações étnico raciais” (Exc. 7: Oportunidade de Decolonizar pensamentos e ideias).

Outra questão já citada no texto e trazida pelo narrador é o trabalho da história da escravidão nas escolas e espaços de formação como política pública de reparação e valorização da cultura afro-brasileira. Nosso narrador também explora esta questão, expondo conforme apresentado no Exc. 3 que: *“[a história da escravidão] um traço irrefutável da dor, mas pouco discutido nas salas de aula e nas discussões sociais do país. As políticas de reparação, elas precisam passar pelo conhecimento da cultura afro brasileira, muitas vezes ensinadas superficialmente somente para o cumprimento da lei 10639. Contudo, precisamos exaltar a difusão dos saberes negros, da resistência do povo preto e do passado cruel já são conteúdos mais frequentes na educação básica”*.

Dentre este fardo colonial que estamos tratando entre outras questões das formulações de políticas públicas consideramos importante discu-

tir também o campo de disputas e tensões presentes no campo da memória e da cultura. O legado sobre a afro diáspora e a presença negra no território do Cais do Valongo, e neste caso falando especificadamente sobre o IPN, o coloca como espaço a ser salvaguardados, respeitado e valorizado. Porém, conforme narrado pelo Guardião da Memória e Resistência no Exc. 4: *“O instituto não vive de uma verba fixa e sim de editais de projetos para captar recursos e emendas parlamentares, desde o início. Os proprietários dos imóveis abriram a visita ao público entendendo a importância desse espaço, antes mesmo do reconhecimento dos órgãos governamentais”*.

Dessa forma, embora reconhecido como Patrimônio da Humanidade pela Unesco em 2017, o IPN enfrenta diversas dificuldades financeiras⁴, autuações por oferecer cursos, e outros desgastes com o poder público demonstrando o terreno arenoso que está assentado as questões de patrimônio e memória.

[FT 3]: IPN como lugar de memória e chão da ancestralidade.

Abordar questões de memória coletiva e experiências afrodiaspóricas para a valorização dos saberes e da história da cultura afro-brasileira é certamente um desafio de resistência, enfrentamentos e parcimônia. Dessa forma, valorizar tudo

o que foi construído pela presença negra neste país é importante, até mesmo as memórias de dor para que elas sejam reparadas e não mais repetidas. A ancestralidade é compreendida como o conjunto de experiências e vivências dos “mais velhos” que reverberam nas gerações seguintes. Nesse sentido, a linhagem daqueles que sobreviveram à diáspora africana e foram escravizados no Brasil é atravessada pela dor, mas também marcada pela resistência e pelas constantes ressignificações.

Nosso diálogo situado com o ‘guardião’ nos revela sua reflexão ao expressar que o IPN lateja a ancestralidade marcada pela dor e resistência no Exc. 5: *“Por isso, falamos que o IPN é um local atravessado pela dor e pela resistência, fazer da lembrança uma forma de homenagear aqueles que vieram antes e sofreram a experiência da Afrodíáspora”*.

Olhar para a ancestralidade tem a ver com enxergar o caminho que foi percorrido entendendo a conexão passado, presente e futuro. Ao discutir essa interseccionalidade do tempo, um dos símbolos africanos, o pássaro Sankofa⁵, nos inspira a apreender essa articulação, sendo o pássaro com a cabeça para trás, simbolizando o retorno ao passado, mas voando a frente na construção do futuro (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2022). Ou seja, ele (o pássaro) nos coloca em uma dialética de recuperar e apreender com o passado, mas sempre indo ao futuro. Nes-

te fio em que se interconecta passado, presente e futuro que está presente a ancestralidade reconhecendo os que vieram antes e os saberes por eles plantados e o quanto isso possibilita futuros outros possíveis (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2022).

A ancestralidade, então, carrega o vértice dos tempos e transmite em um dado grupo identidade, vivências e memórias coletivas que conectam as gerações e as pessoas construindo um sentimento de pertencimento e conexão histórica. Essa corrente sucessiva orienta práticas culturais, modos de existir e permanência/ressignificações da tradição frente a processos de apagamento ou negação da história.

Por todo percurso do negro no Brasil, a discussão da ancestralidade da população negra no Brasil está relacionada a três eixos importantes: a importância da sabedoria, da palavra e da presença (física/espírito) dos mais velhos propagando entre os mais novos - isso é um elemento em comunidades africanas; ao signo da resistência, diante da “força” e resiliência para sobreviver ao apagamento e violência das práticas sociais vivenciadas pelos africanos desde da chegada ao Brasil; e do direito a ancestralidade, enraizada na luta pela valorização dos que vieram antes, na tomada de consciência do que é ser negro no Brasil e na construção de ferramentas jurídicas que reconheçam e garantam que práticas ancestrais do povo afro-

brasileiro permaneça na sociedade (Silva, 2022; Silva e Silva, 2022)

E se estamos discutindo o entrelaçamento do tempo, os lugares de memórias são elementos importantes por evidenciar as identidades, vivências, ancestralidade e tensões presentes nas sociedades. Dessa forma, os lugares de memória nos propõem o reconhecimento do passado e a reverberação da memória coletiva e senso de pertença e identidade. Aqui, pontuamos que, o termo lugares de memórias, cunhado pelo historiador francês Pierre Nora no século XX, designa os espaços constituídos por três dimensões: materiais - por se tratar de estrutura físicas-; funcionais - por cristalizar a memória, testemunhar o vivido; simbólico, pois são espaços que ecoam identidades e interpretações para os grupos que têm laços afetivos, históricos com esses espaços (NORA, 1993; MIRANDA, 2019). NEVES (2007, n.p.) ao discutir sobre os lugares de memória, diz:

Longe de ser um produto espontâneo e natural, os lugares de memória são uma construção histórica e o interesse que despertam vem, exatamente, de seu valor como documentos e monumentos reveladores dos processos sociais, dos conflitos, das paixões e dos interesses que, conscientemente ou não, os revestem de uma função icônica.

Dentro dessas construções, o IPN, assim como todo o Cais do Valongo, faz parte de um dos

mais trágicos momentos da história que não pode ficar soterrado como já esteve e precisa ser espaço catalisador de enfrentamento ao negacionismo da escravidão e suas chagas presentes na sociedade; ser um espaço para a educação das temáticas afro-brasileiras; ser um território de tributo aos ancestrais em que a comunidade afro-brasileira possam homenagear os que sofreram na travessia do atlântico, e foram negados o direito a vivenciar sua cultura, religiosidade e práticas sociais.

Assim, como apresentado na narrativa pelo nosso colaborador 'Guardião da Memória e Resistência' apresenta que: *"O patrimônio do IPN, cumpre seu papel quando leva seus visitantes a reflexão crítica sobre o processo de escravidão e sua marca na história brasileira; quando é ocupado pela comunidade que vem realizar a lavagem do território, reverenciado os ancestrais que tanto sofreram e fazendo valer da memória coletiva; quando se torna um espaço do encontro das práticas afro-brasileiras como o samba, a capoeira resgatando a identidade do povo; se torna símbolo na luta antirracista e de melhorias para a comunidade afrodescendente"* (Exc. 7: Oportunidade de Decolonizar pensamentos e ideias).

Frente aos três Fardos Tensionadores 1, 2 e 3 e das discussões acerca da ancestralidade e lugares de memórias, que refletimos como o IPN tem um papel valioso não apenas em testemunhar a violência da Afro diáspora (Figura 3) e suas feridas

na sociedade, mas também em possibilitar o fortalecimento de políticas de reparação, de proteção a memória e identidades afro-brasileiras e uma sociedade mais justa. A narrativa nos proporcionou compreender o território do Cais do Valongo, o ventre da escravidão, sobretudo o IPN, que tem em seu chão corpos que foram silenciados, todavia, gritam a brutalidade e a dor que foi o sistema escravagista e de onde emergem memórias que expõe e denuncia as feridas abertas. O IPN nos possibilita aprender sobre a temática afrobrasileira e adentrar na luta antirracista e pela justiça social. Este museu memorial, embora muitas vezes sofra com a ausência das políticas públicas, permanece resiliente, trazendo uma oportunidade de decolonizar os pensamentos e ideias e reinventar um futuro com a promoção da cidadania e nos aproximando da "base" da sociedade, dos grupos sociais que sempre estiveram a margem.

Figura 3 - Exposição permanente no IPN



Fonte: Repositório de pesquisa (2025)

CONSIDERAÇÕES: DA MEMÓRIA DE DOR À CONSTRUÇÃO DE UM FUTURO COM EQUIDADE RACIAL...

Discutir as memórias que estavam adormecidas e soterradas foram fundamentais para que nesse estudo, refletíssemos a importância de um patrimônio material, o Cemitério dos Pretos Novos, no enfrentamento do negacionismo histórico, na educação para as relações étnico – raciais e no respeito e valorização da memória e identidade afro-brasileira. As conexões ancestrais têm demarcado a apropriação daquele espaço não apenas como reconhecimento dos que vieram antes e sofreram a diáspora forçada, mas também como ícone da luta para a desconstrução do racismo e das desigualdades presentes na sociedade atual.

Pesquisar a partir da circularidade da palavra, do encontro, da troca nos possibilitou que a construção da pesquisa fosse atravessada pelos gestos, silêncios, afetos e as memórias compartilhadas. A valorização da experiência cotidiana apreendida no contato com o IPN (e seus profissionais), com o público e a busca por uma metodologia viva que nos possibilitasse sentir/vivenciar/estar no IPN e refletir a nossa questão central da contribuição do IPN, fez da história oral, especificamente o diálogo situado, possibilitou este horizonte de pesquisa.

Vivenciamos que a atuação do IPN nessas questões só é possível frente a ação transversalizada pelos fardos coloniais e vozes ancestrais, que contempla não apenas a exposição dos achados arqueológicos dos que morreram na travessia, mas também a reflexão da realidade racista e das desigualdades produzidas com o sistema escravagista, além de ser um ponto de enfrentamento das práticas negacionista e mais ainda de demarcação da necessidade de políticas de reparação e educação para as relações étnico raciais. Sem esquecer ainda de ser ponto de coesão e fluxo da identidade afro-brasileira tão marginalizada e desvalorizada.

Assim, como apresenta o nosso 'Guardião da Memória e Resistência', *"Acredito nos museus enquanto promotores da cidadania, e para que isso se efetive precisa ser realizado os processos museológicos participativos, seu entorno, o fomento do desenvolvimento econômico da comunidade e a disposição de escancarar a realidade social em busca da sua transformação. Acredito que assim muito na frase do Mano Brown 'precisamos voltar para a base' para entender como os museus, as ciências, as academias devem agir para favorecer a justiça social"* (Exc. 8: Museus e cidadania: voltar à base e reinventar o futuro).

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Museu Memorial Instituto Pretos Novos (IPN) pela oportunidade de vivenciar a pesquisa *in loco*. À equipe que nos acolheu neste espaço e, sobretudo, ao educador museal (nosso guardião) pela disponibilidade para dialogar e contribuir com a pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALVES, Viviane. Entrevista concedida à Redação BHAZ. **BHAZ**, 21 jul. 2025. Disponível em: <https://bhaz.com.br/colunas/coluna-saude-em-questao-viviane-alves-bhaz/>. Acesso em: 19 jul. 2025.

AVILA, Arthur Lima de. Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 41, n. 87, p. 1–25, maio/ago. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472021v42n87-09>. Acesso em: 19 jul. 2025.

BAUER, Caroline Silveira. **Jair Messias Bolsonaro e suas verdades**: o negacionismo da Ditadura Civil-Militar em três proposições legislativas. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 37, n. 82, p. e20240207, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/>

[a/47FGdR7fHvpvzXCbzHdGYMq/?](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110/639.htm)

[format=html&lang=pt](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110/639.htm). Acesso em: 07 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.

Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 140, n. 8, p. 1, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 28 ago. 2025.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. **Sítio Arqueológico Cais do Valongo: proposta de inscrição na Lista do Patrimônio Mundial**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_Cais_do_Valongo_versao_Portugues.pdf. Acesso em: 11 ago. 2025.

BRASIL. Senado Federal. **Sancionada lei que tipifica como crime de racismo a injúria racial**. Agência Senado, 12 jan. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/01/12/sancionada-lei-que-tipifica-como-crime-de-racismo-a-injuria-racial>. Acesso em: 09 ago. 2025.

BRASIL. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA(IPEA). **A pobreza no Brasil tem cor. Sua cor é negra**. Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça. 2024. Disponível em: <https://>

www.ipea.gov.br/portal/retrato/indicadores/renda-pobreza-e-desigualdade/apresentacao.

Acesso em: 09 ago. 2025.

CALDAS, Alberto Lins. **Oralidade, texto e história:** para ler a história oral. 1999. Editora Loyola: São Paulo, 133 p.

CARDIN, Eric Gustavo. História oral, conversas qualificadas e o mundo dos trabalhadores. História na Fronteira, Foz do Iguaçu, v. 2, n. 2, p. 7-21, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://pleiade.uniamerica.br/index.php/historianafrenteira/article/view/78>. Acesso em: 27 ago. 2025.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014. 139 p.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. 376 p.

FELIPE-GONZALEZ, Jorge. **The Atlantic Slave Trade:** Demographic Patterns and Mortality. Oxford Research Encyclopedia of African History, 2024. Disponível em: <https://oxfordre.com/africanhistory/view/10.1093/acrefore/9780190277734.001.0001/acrefore-9780190277734-e-894>. Acesso em: 25 jul. 2025.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.

INSTITUTO PRETOS NOVOS. **Educativo**. Instituto Pretos Novos, s.d. Disponível em: <https://pretosnovos.com.br/educativo/>. Acesso em: 7 set. 2025.

INSTITUTO PRETOS NOVOS. **Instagram:** @institutopretosnovos. Publicação de 16 abr. 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DIhB80LjKWm/>. Acesso em: 7 set. 2025.

LIMA COSTA, S., SILVA OLIVEIRA, W. e FARIAS, Maria Sabino de (2021). CONVERSA COMO METODOLOGIA DE PESQUISA. **Teoria E Prática Da Educação**, 24(3), 221-225. <https://doi.org/10.4025/tpe.v24i3.59742>. Acesso em: 7 set. 2025.

LIXINSKI, Lucas. Prefácio: o poder do patrimônio. In: GORMAN, Alice et al. **Estudos críticos de patrimônio: abordagens transnacionais** [livro eletrônico]. Organização de Gilmara Benevides; Walter Lowande. 1. ed. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2024. 260P.

MARCELINO, Karina Francine; MORAES, Mário César Barreto. **Pesquisa qualitativa como proposta metodológica para os estudos com enfoque deco-**

lonial. Saber Humano, [s. l], v. 14, n. 25, p. 96-112, jul./dez., 2024. Semestral. Disponível em: <https://saberhumano.emnuvens.com.br/sh/article/view/708/673>. Acesso em: 28 jun. 2025.

MATOS, Patrícia Ferraz de, 2020, “**Modos de fazer da antropologia colonial:** a missão científica e Mendes Correia à Guiné Portuguesa (1945-1946)”, in Jorge, Vítor Oliveira (ed.), *Modos de Fazer/ Ways of Making*. Porto: CITCEM, pp. 167-180. <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/18119.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2025.

MIRANDA, Lucas Mascarenhas de. **Memória individual e coletiva.** **Universidade Estadual de Campinas**, 27 maio 2019. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2019/05/27/memoria-individual-e-coletiva/>. Acesso em: 11 ago. 2025.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes:** o golpe de 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021, 336 p

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro.** São Paulo: Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil:** Identidade nacional versus identidade negra. 5. ed. São Paulo: Autêntica Editora,

2019. *E-book*. p.7. ISBN 9788551306024. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788551306024/>. Acesso em: 09 ago. 2025.

NEVES, Margarida de Souza. **Lugares de Memória na PUC-Rio.** Núcleo de Memória da PUC-Rio, 2007, n.p. Disponível em: <http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/content/lugares-memoria-puc-rio>. Acesso em: 27 ago. 2025.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares.* Tradução de Yara Aun Khoury. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, 22 p., dez. 1993.

NUNEZ, Lorraine Oliveira. As transformações no conceito de patrimônio do IPHAN e suas práticas de tombamento no estado do Espírito Santo. **Faces da História**, Assis-SP, v. 3, n. 2, p. 194-212, jul./dez. 2016.

RODRIGUES, Karine. **Por que precisamos de lugares que materializem as memórias difíceis?** Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 12 jun. 2024. Disponível em: <https://coc.fiocruz.br/todas-as-noticias/por-que-precisamos-de-patrimonios-que-materializem-as-memorias-dificéis/>. Acesso em: 9 jul. 2025.

SILVA, Isabel Barroso da; AMENDOEIRA, José. O uso da narrativa no paradigma da investigação qualitativa. **Revista da UIIPS – Unidade de Investigação do Instituto Politécnico de Santarém**, Santarém, v. VI, n. 2, p. 29–40, 2018. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/uiips/article/view>. Acesso em: 9 jul. 2025.

SILVA, Caroline Nascimento; SILVA, Alexsandro Souza da. Direito à ancestralidade africana: reparação histórica da população preta e parda do Brasil. *Captura Críptica: direito, política, atualidade*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 102-124, 2023 a. e-ISSN 1984-6096. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/capturacriptica/article/view/5957/5177>. Acesso em: 11 ago. 2025.

SILVA, Marisa Francisca da. “Voltar atrás”: uma contemplação sobre o pássaro e o Adinkra Sankofa na cultura afro-brasileira. **Nhengatu: Revista Ibero-Americana para Comunicação e Cultura Contra-Hegemônicas**, v. 1, n. 7, 2023 b. ISSN 2318-5023.

SILVA, Rodrigo Patto Sá Motta. Negacionismo histórico e emergência da extrema direita: a crise do regime moderno de historicidade no Brasil (2019–2022). **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 39, n. 81, p. 1–28, set./dez. 2023 c. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-87752023000300012>. Acesso em: 19 jul. 2025.

SILVA, Leandro de Jesus da. *Memória e ancestralidade “Nas águas do tempo”, de Mia Couto*. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização Interdisciplinar em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa) – Instituto de Educação a Distância, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), São

Francisco do Conde, 24 jan. 2022. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/2723>. Acesso em: 10 ago. 2022.

STANCHI, M.; PIRES, T. Memórias abolicionistas sobre a tortura no Brasil. **Direito Público**, v. 19, n. 101, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.11117/rdp.v19i101.6147>. Acesso em: 29 jul. 2025.

TELES, Edson. **Resíduos de humanidade e poder soberano**: Achille Mbembe, leitor de Giorgio Agamben. (des)troços: revista de pensamento radical, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 1-13, jan./jul. 2025.

TONIAL, Felipe Augusto Leques; MAHEIRIE, Kátia; GARCIA JR, Carlos Alberto Severo. **A resistência à colonialidade**: definições e fronteiras. *Rev. Psicol. UNESP, Assis*, v. 16, n. 1, p. 18-26, jun. 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-90442017000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 01 set. 2025.

TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. Adotada pela Organização das Nações Unidas para a Educação. 1972. *Ciência e Cultura (UNESCO)* em, v. 16.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Tecnologia Ancestral Africana**: Símbolos Adinkra. 16 ago. 2022. Disponível em: <https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/tecnologia-ancestral-africana-simbolos-adinkra/>. Acesso em: 10 ago. 2025.

VALIM, Patrícia; AVELAR, Alexandre de Sá; BEVERNAGE, Berber. Negacionismo: história, historiografia e perspectivas de pesquisa. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 41, n. 87, p. 13–36, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93472021v42n87-03>. Acesso em: 25 jul. 2025.

NOTAS

¹A lei 10639 de 09 de janeiro de 2003 trata-se de uma lei federal que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências (BRASIL, 2003).

²O negacionismo histórico tem ganhando também um caráter de banalização e normalização entrando em discursos políticos, sem preocupações com os direitos humanos e a deslegitimação das ciências, das quais não abordaremos nesse texto. Avila (2021, p. 163) cita em seu texto um episódio em que “em maio de 2019, por exemplo, no plenário do Congresso, um político (príncipe herdeiro de um império defunto) atribuiu a escravização de seres humanos a uma elusiva “natureza humana” e, no aniversário da Abolição, amainou seu impacto para a história nacional - no que foi, claro, prontamente aplaudido por colegas direitistas (uma chegou a falar na necessidade de “recuperação” dos valores cristãos do Império...)”.

³O Colonialismo foi a experiência histórica social concreta marcada pela exploração e dominação de um povo sobre o outro, tendo como elementos: a exploração dos bens naturais, a subjugação dos povos e do território. FRANTZ FANON (2005) (referência martinicano da temática) aponta que o colonialismo é um sistema violento e desumanizante que marca profundamente a vida do colonizado, retirando sua memória, valores e sua história. Conforme apresenta RESTREPO e ROJAS (2012 *apud* TONIAL, MAHEIRIE e GARCIA JR., 2017, p. 19) “Esse sistema opressor, ele não se extingue com o fim do colonialismo, ele mantém um padrão de rela-

ções de poder que opera pela naturalização de hierarquias territoriais, raciais, culturais, de gênero e epistêmicas. A naturalização é o que possibilita a reprodução das relações de dominação. Esse padrão de poder mantém e garante a exploração de uns seres humanos sobre outros e subalterniza e oblitera os conhecimentos, experiências e formas de vida do grupo que é explorado e nominado.”

⁴Conforme presente na página do Instagram do Instituto Pretos Novos “Hoje, (16 / 04 / 2025) fomos surpreendidos por um oficial de justiça com dois mandados de penhora nos imóveis onde funciona o IPN. Ano passado, um fiscal quis multar e interditar o Pretos Novos por darmos aula, mesmo tendo alvará. Coincidência? Ou Racismo Institucional?” (Instituto Pretos Novos, 2025).

⁵Para aprofundamento sobre o pássaro Sanfoka, ler mais em SILVA, 2023b.

⁶Conforme apresentado no Dossiê “Sítio Arqueológico Cais do Valongo - Proposta de inscrição na lista do Patrimônio Mundial” (BRASIL, 2016) devido aos vários aterros, o alargamento da malha urbana no final do século XIX que encobriu a região, por muito tempo o IPN (assim como todo o Cais do Valongo) ficou esquecido e suas memórias adormecidas desde do seu fechamento (em 1830) até os achados devido a reforma da casa (que hoje abriga o IPN) em 2012.